

Acta N.º 22

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de Dezembro 2008

Aos 12 dias do mês de Dezembro de 2008 reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os membros da Assembleia. A saber: Vera Lúcia Pedro Santos Noronha, Joaquim Augusto Palhoto Azevedo, Maria de Fátima Rodrigues, José Miguel Neves Teixeira Carvalho, Pedro Miguel Santiago Vaz Gaspar, Vitória Maria Lopes de Brito, Paulo Francisco Espírito Santo, João Pedro Osório, João Manuel de Jesus Brito, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Fernando Manuel Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Carlos Alberto das Neves Cotrim e José João Marques Pais.

A Presidente da Assembleia deu início à sessão justificando o começo atípico da mesma no facto de a Comunidade Inter-Municipal ter pedido a todos os municípios que a constituem para que as eleições para a Assembleia CIMLT decorressem em simultâneo, com início às 20h30. Acto contínuo, a Presidente leu a minuta da acta realizada pela mesa desse mesmo acto eleitoral, anexo à presente acta. Após duas votações com empate a 7 votos para a bancada do PS e da CDU e um voto em branco, ficaram eleitos, à partida, um representante da bancada do PS e um da bancada da CDU, tendo a mesa deliberado pedir um parecer jurídico à CIMLT para a eleição do terceiro elemento. A Presidente fez questão de explicar que a indicação que recebeu é que eventualmente este parecer terá de ser pedido directamente à DGAL, entidade que reclama a autoria desta legislação.

Antes de passar à discussão e votação das duas actas anteriores, referentes aos meses de Junho e Setembro, a Presidente da Assembleia felicitou a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Vanda Nunes, que recentemente assumiu o novo cargo, ao mesmo tempo que deu as boas vindas ao novo Vereador, Luís Garrotes. Estas alterações deveram-se, como se pode ler na documentação entregue aos membros da Assembleia, ao pedido de suspensão de mandato do anterior Presidente por um período de 365 dias, e, nesse sentido, não há lugar a uma tomada de posse formal na Assembleia.

Posto o que se passou à votação da Acta n.º 20, referente ao mês de Junho de 2008. A Acta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor e 2 abstenções.

Procedeu-se seguidamente à discussão e votação da Acta n.º 21, referente à sessão de 26 de Setembro.

O membro Celestino Brasileiro tomou a palavra para esclarecer que a sua intervenção cita na página 2 do documento é em verdade uma declaração de voto e o facto deve estar explícito.

A membro Anabela Costa sugeriu alteração à página 3 do documento, alterando o sentido do parágrafo referente à sua intervenção, onde diz que "a membro Anabela Costa interveio em nome da bancada da CDU para referir o facto de a Rua Conselheiro Figueiredo Leal ainda não andar em obras...". O que a membro quis dizer é que a bancada da CDU congratula-se por as obras já terem começado, o que vai no sentido contrário ao que consta em acta.

O membro Paulo Espírito Santo reformula: "referir o facto de a Rua Conselheiro Figueiredo Leal já andar em obras".

Pediu a palavra o membro João Osório para esclarecer que quando a membro Anabela fez a declaração em nome da CDU foi no sentido de apresentar um voto de congratulação por se ter dado início às obras, uma vez que a CDU já por diversas vezes havia feito referência à necessidade das mesmas. E não é nada disso que consta na acta em discussão.

A Presidente da mesa pediu à membro Anabela para dizer como pretende então que o parágrafo seja reformulado, ao que esta respondeu "...por já se terem iniciado as obras".

Interveio em seguida a membro Vitória de Brito para sugerir correcção ortográfica a meio da página 2, ao mesmo tempo que pede para alterar a sua intervenção a meio da página 3 para "para ler uma saudação sobre o dia 1 de Outubro, Dia Nacional de Luta contra o Código do Trabalho". Depois, na página 12, no último parágrafo, 3.ª linha, alterar para "um novo Centro de Exposições". Ainda uma dúvida na página 16, onde diz "o membro João Osório interveio para perguntar se a Câmara Municipal teve em conta a proposta apresentada pelos vereadores da CDU". A membro referiu não se poder adivinhar pela Acta qual a proposta a que João Osório se refere, e, tendo em conta que as actas não se destinam apenas aos

membros presentes, é da opinião de que estas coisas devem vir explicitadas.

O membro Paulo Espírito Santo sugeriu, reportando-se ao pedido de alteração da membro Vitória de Brito em relação à saudação constante na página 3 do documento, que fique explícito que a saudação não é ao dia 1 de Outubro, mas à iniciativa de luta levada a cabo pela CGTP e pela Intersindical Nacional que, por acaso, decorreu no dia 1 de Outubro.

Pedi para responder à membro Vitória de Brito dizendo que aceita a proposta do membro Espírito Santo, acrescentando que o que é preciso é que não apareça "saudação ao código do trabalho".

Já o membro José Miguel Carvalho referiu uma questão de pontuação na página 14, 4.ª linha, em que o membro tinha sugerido a utilização de ponto e vírgula que não está colocado no local certo, sugerindo o membro a sua remoção na 4.ª linha e passagem para o local apropriado na 6.ª linha.

Não havendo mais propostas de alteração, procedeu-se à votação. A Acta N.º 21, com as propostas de alteração, foi aprovada com 14 votos a favor e 2 abstenções.

A Presidente da mesa fez uma declaração de voto dizendo que se absteve na votação uma vez que não esteve presente nessa sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Em seguida deu-se início ao período antes da ordem do dia, tomando a palavra a Presidente da mesa para congratular a Autarquia pela inauguração do Edifício da Câmara Municipal recentemente recuperado. Acrescentou que o edifício foi valorizado, por um lado, pela obra, e por outro, porque permitiu dar melhores condições de trabalho aos trabalhadores que todos os dias desenvolvem as suas funções nesse mesmo edifício. A Presidente também se congratula pelo facto de, devido a esta recuperação do antigo edifício, a Assembleia Municipal ter finalmente uma sala com a dignidade que merece. Também é do seu agrado, e por isso se congratula, o facto de agora os vereadores da oposição poderem usufruir de um espaço próprio onde podem trabalhar com dignidade.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, José João Marques Pais, apresentou um voto de louvor a Miguel Arraiolos (anexo), pela sua nomeação e posterior triunfo no Prémio Desportista do Ano, na categoria de "Jovem Promessa", prémio atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal. O Presidente da Junta, José João Marques Pais, pediu para aprovar o voto de louvor não só por unanimidade mas por aclamação, apelo a que a Assembleia correspondeu de imediato. Voto de Louvor aprovado por unanimidade e aclamação.

A Presidente da mesa declarou que, por antecipação, já tinha congratulado a mãe do Miguel Arraiolos por este feito alcançado pelo filho, em seu nome próprio e também em nome da Assembleia.

Seguidamente tomou a palavra a membro Leonor Tendeiro que leu, em nome da Bancada do Partido Socialista, um Apelo à Cidadania (anexo). O documento lamenta a ausência de civismo e de dedicação pelo interesse público por parte dos munícipes que usam e abusam dos seus direitos, menosprezando o cuidado e o zelo pela manutenção da limpeza do Município. A membro acrescentou ainda que não se trata de criticar qualquer empresa ou particulares nas tarefas por si executadas nas recolhas dos lixos domésticos, mas simplesmente alertar os munícipes que continuamente abandonam os seus lixos domésticos fora dos contentores que a esse fim se destinam, principalmente quando estes estão sobrelotados, ao invés de aguardarem pelo próximo dia, após a habitual recolha diária. Este apelo à cidadania é extensível a todos os que não respeitam o colega de bancada "que se vê frequentemente impossibilitado de estacionar o seu automóvel no local que lhe é, a ele e outros na mesma situação, destinado." O apelo é destinado a todos os munícipes na convicção de que se todos cumprirem com as suas obrigações de cidadania muitos dos problemas serão sanados para o bem todos.

Para apresentar um voto de congratulação pelo destaque que o Executivo soube dar ultimamente ao Museu dos Patudos, o membro Fernando Ramalho tomou a palavra em nome da Bancada do PS. O membro disse que se assistiu a duas "realizações de grande gabarito, o que só fica bem realçar, para que venham a ter no futuro a sua continuação". O membro diz referir-se à realização dos Encontros de Música dos Patudos, iniciativa integrada no âmbito da tradição e da história da Casa dos Patudos. A qualidade quer do programa quer dos próprios executantes são motivos de orgulho para Alpiarça e fazem com que os promotores desta iniciativa estejam de parabéns. O

membro salientou também o sucesso da exposição patente na Galeria de Exposições Temporárias, “Os Relvas em Família”, que “deu aos Alpiarçenses uma visão do quotidiano da família Relvas através da mostra dos objectos de uso diário, contextualizando o tempo e o modo de vida daquela família.” O membro Fernando Ramalho diz, no entanto, que o que mais o sensibilizou foi a apresentação da candidatura do Museu aos apoios do QREN, que decorreu numa das sessões dos Encontros de Música. São muito bem vistas pelo membro as obras de grande vulto que se pretendem fazer executar na Casa dos Patudos, visando dar àquele espaço museológico as características consentâneas com aquilo que deve ser hoje um museu. Isto reflecte-se não só através de novas valências na Casa, como a cafetaria, o espaço de comércio, o espaço de formação e educação, mas também através de novos circuitos de fruição do conteúdo da Casa – como foi explicado na apresentação, poder-se-á ter a noção através da visita à Casa, e após as intervenções, do modo de vida efectivo daquela família, ao contrário do que acontece ainda hoje devido às opções que vigoram desde a transformação da casa em museu, que não dão a noção exacta, em todas as suas dimensões, do que era uma casa senhorial no início do séc. XX. Por tudo isto, o membro considera que o Executivo está de parabéns e merece o louvor da Assembleia.

Tomou a palavra o membro Carlos Cotrim para felicitar a nova Presidente e perguntar se o Executivo já tem previsto o arranjo dos estacionamento para os utentes das farmácias do Concelho.

Em seguida tomou a palavra o membro João de Brito que apresentou uma proposta de atribuição de medalhas de Mérito Desportivo aos pilotos de motonáutica Paulo Gago e Carlos Cotrim, respectivamente Campeão Nacional na classe T750 e Vice-Campeão Nacional na classe T850, no ano de 2008. Sendo que Carlos Cotrim já leva desde 1995 o nome de Alpiarça de Norte a Sul do País.

O mesmo membro continuou a sua intervenção lamentando o processo de substituição do antigo Presidente da Câmara pela nova Presidente. Aquando da ida do Primeiro-Ministro de então, Durão Barroso, para Bruxelas, o membro ouviu muitos comentários dos membros da Assembleia dizendo que o País ficava “politicamente órfão”. O membro João de Brito lamentou que agora, nas mesmas condições, as opiniões sejam divergentes desse primeiro momento. Posto isto, o membro desejou felicidades ao ex-presidente no seu novo cargo, esperando que este dignifique o nome de Alpiarça nas

suas novas funções, e só lamenta que este não tenha cumprido integralmente o mandato para o qual a população de Alpiarça o mandatou. João de Brito felicitou também a nova Presidente, Dr.^a Vanda Nunes, e desejou-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções. No que diz respeito à Bancada do PSD, esta encontra-se na disposição de colaborar na medida do possível com o Executivo, não tentando prejudicar, pelo contrário, tentando ajudar e cooperar, deixando claro, contudo, que não esperem que a Bancada esteja sempre de acordo com o que lhes possam apresentar.

O membro João de Brito lamenta o facto de não ter estado presente na inauguração dos Paços do Concelho remodelado, justificando a sua ausência pelo facto de não ter sido convidado. Este lamento é expresso por duas razões: em primeiro lugar porque é uma obra que orgulha todos; em segundo porque na alocução do Sr. Secretário de Estado, Dr. Eduardo Cabrita, ele felicitou todos os Alpiarcenses, Sr.^a Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal e os Srs. Deputados Municipais. Ironicamente, o membro declarou que teve muita pena de, devido à sua ausência, não ter tido a oportunidade de ser tratado por deputado.

Para terminar o membro declarou que tem a esperança e a convicção de que a nova Presidente consiga inculcar no espírito dos membros da Assembleia que política não é guerra e que todos têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações em política, e que por esses motivos se devem respeitar mutuamente.

Antes de passar a palavra à membro Anabela Costa, a Presidente da Mesa não quis deixar em claro a “pequena provocação” do membro João de Brito, justificando-se dizendo que tem andado desencontrada com o membro nas Assembleias Municipais, uma vez que este esteve numa Assembleia em Abril em que a Presidente faltou e onde este se congratulou por ter sido designado deputado pela Sr.^a Presidente da mesa em reunião anterior, e na Assembleia seguinte foi a vez de o membro faltar, onde a Presidente teve oportunidade de responder ao membro. Sendo assim, a Presidente repetiu mais uma vez aquilo que disse. A questão da designação dos membros da Assembleia foi levantada há muitos mandatos atrás. Nessa altura o Sr. Presidente da Câmara, Armindo Pinhão, decidiu perguntar a quem de direito qual era a designação que deveria ser adoptada, e a resposta dada foi precisamente essa: membro. Posteriormente, já com a Presidente da mesa exercendo as actuais funções, aquando de uma inspecção feita ao funcionamento desta

Assembleia, a Presidente teve ocasião de perguntar ao inspector qual a designação, e este deu exactamente a mesma resposta. Compete à Presidente da Mesa da Assembleia fazer cumprir a lei, e a lei é clara nesse sentido. Enquanto a Presidente for Presidente, o que acontecerá por apenas mais um ano, todos serão tratados por membro, quer se goste ou não, e a Presidente é a primeira a declarar que não gosta do termo.

O membro João de Brito pediu novamente a palavra para dizer que muito provavelmente em 80 ou 90% dos Concelhos os membros são tratados por deputados, sendo que também não fica nada bem ser tratado, como muitas vezes acontece nesta mesma Assembleia, por eleito. Para terminar, o membro volta a fazer referência ao caso do Sr. Secretário de Estado, porque gostaria de ter estado presente para lhe agradecer a amabilidade e a correspondência aos seus desejos.

Posto o que ficou escrito, tomou a palavra a membro Anabela Costa para colocar uma questão ao Executivo, questão essa que expressa uma preocupação por parte da membro. O preâmbulo foi exposto nos seguintes termos: "como é do conhecimento geral, foi aprovado recentemente um pacote florestal que inclui uma proposta de lei sobre a transferência de meios para os municípios na área florestal". A membro quer ouvir o Executivo em relação à proposta a cima descrita, qual a atitude que este tomou. A pretensão da membro é de facto ouvir por parte do Executivo a política que este vai adoptar face a esta proposta e mostrar a sua preocupação quanto a este assunto. Independentemente da política inerente a esta proposta estar ou não certa, e a membro achar que não está, o que a membro quer expressar é que não considera que o Município de Alpiarça tenha meios para enfrentar este desafio, e isso é preocupante. Porque transmitir as responsabilidades no que respeita à protecção florestal para os municípios isoladamente seria como "dividir o País em retalhos", com municípios vizinhos com diferentes políticas florestais. Com isto a membro não quer dizer que o município de Alpiarça em particular vá tratar mal este assunto, mas o facto de não termos uma política geral nacional trará inevitavelmente problemas.

De seguida, a membro Vitória de Brito leu uma saudação (anexa). Essa saudação dirige-se aos "trabalhadores em luta pela dignificação laboral" e expressa a preocupação, por parte da Bancada da CDU "pela situação económica e social que o país atravessa", que

considera degradante e atenta contra os direitos fundamentais dos cidadãos. Terminou a saudação declarando que “face à situação criada, os eleitos pela CDU da Assembleia Municipal de Alpiarça manifestam a sua solidariedade a todos os profissionais que prosseguem lutas justas, ao mesmo tempo que afirmam a confiança de que é possível inverter o rumo errado que tem sido seguido por políticas de direita, de inspiração neo-liberal, apostando numa política verdadeiramente de esquerda”.

A mesma membro prosseguiu perguntando se o Executivo já tinha respostas para algumas das questões que foram colocadas na última Assembleia.

Relativamente à transferência de competências na educação, a Presidente da Câmara disse na altura que “os procedimentos que levaram à assinatura do contrato foram de uma limitação temporal tão grande que nos impedia a nós e às outras autarquias de o fazer nesse mesmo momento”; disse também que “este assunto será debatido”, “terão conhecimento de todos os passos que este executivo der no sentido de assegurar que esta transferência de competências servirá melhor as escolas do nosso Concelho”. A bancada que a membro representa quer saber se há algum dado novo que lhes possa ser fornecido. No que se refere ao Centro Escolar, a membro lembra a Presidente da Câmara que na última Assembleia esta referiu estar a ultimar pormenores para concluir a candidatura para que esta esteja pronta para o lançamento do concurso. A membro quer saber como estão a correr as coisas.

Intervenção de Celestino Brasileiro que pretende manifestar o seu espanto pela forma como o ex-Presidente Dr. Rosa do Céu abandonou o seu cargo na Câmara Municipal, acrescentando contudo que este sempre foi o seu estilo e manifestando o seu desagrado pelo que considera ser uma certa falta de respeito, não só pelos eleitos mas também pelos Alpiarçenses. Aproveita para desejar felicidades à nova Presidente, Vanda Nunes, apelando para que esta tenha um maior respeito pelos eleitos da oposição que o seu antecessor.

Em seguida, o membro afirmou que se verifica com frequência a ocupação dos lugares de estacionamento junto ao portão à escola E.B. 2, 3/s pelos encarregados de educação, o que dificulta em muito o trabalho do autocarro da autarquia que faz os transportes escolares, que fica sem onde estacionar. O membro sugeriu que se

criasse um lugar de estacionamento junto do portão da escola destinado justamente a esse fim.

A Presidente da Mesa passou a palavra ao membro Paulo Espírito Santo que declarou, como resposta aos membros da oposição que levantaram a questão, que não entende a saída do Dr. Rosa do Céu como propiciadora de orfandade, uma vez que este encabeçava uma equipa que corporizava um projecto, e esse projecto mantém-se vivo, agora encabeçado pela Dr.^a Vanda Nunes, que, na opinião do membro, "tem capacidade para encabeçar a mesma equipa, está animada dos mesmos propósitos e cujo objectivo é, como sempre foi, providenciar o desenvolvimento de Alpiarça e a melhoria da qualidade de vida dos Alpiarcenses; e mesmo àqueles que não o sendo, aqui escolheram viver." O membro afirmou o seu apoio e o da bancada que representa ao novo executivo, agora que o Dr. Rosa do Céu foi chamado a novas responsabilidades, acrescentando o chavão que assegura que ninguém é insubstituível. Segundo o membro, a nova Presidente tem "os mesmos legítimos poderes que tinha o Dr. Rosa do Céu. A Dr.^a Vanda Nunes começou agora, da mesma forma que o Dr. Rosa do Céu nos primeiros dias também era tido não como o Dr. Rosa do Céu, mas como o filho do Esturrado." O membro terminou declarando à nova Presidente que esta pode contar com os membros da bancada socialista.

Por último, tomou a palavra o membro João Osório para colocar duas questões ao executivo camarário. O membro queria saber se já existia o estudo mobilidade para colocação de passadeiras no Frade de Cima. O Vereador Ferreirinha havia afirmado na última Assembleia que iria proceder ao mesmo e o membro pretende conhecer o ponto de situação, até porque, afirma, tem-lhe chegado reclamações por parte da população no sentido de alertar para a falta de passadeiras junto à escola e ao Jardim de Infância. Já em relação à vedação do depósito da água, o Vereador referiu que havia sido accionado o seguro para a reposição da vedação que já está há mais de um ano e meio danificada. O membro sugere ainda a limpeza do espaço junto ao depósito que se encontra num estado de degradação muito grande, bem como o portão que já está estragado há muito também.

Por último, o membro fez uma intervenção sobre as propostas apresentadas na Assembleia da República pela Bancada do Partido Comunista Português, a propósito das propostas do PIDDAC para 2009:

“O Orçamento de Estado/PIDDAC 2009 penaliza mais uma vez o distrito de Santarém, particularmente Alpiarça. Apesar de haver um acréscimo do PIDDAC no Distrito de Santarém entre 2008 e 2009 de cerca de 14 milhões de euros, o valor inscrito no Orçamento para 2009 é inferior em 170 milhões de euros ao inscrito no Orçamento de Estado de 2005. O número de concelhos sem presença no PIDDAC aumentou para 9 no Distrito de Santarém, sendo eles Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Almeirim, Benavente, Coruche, Mação, Sardoal e Rio Maior. Não se encontra rasto no PIDDAC de Santarém os prometidos investimentos de compensação da retirada do projecto do novo Aeroporto de Lisboa da zona da Ota. A título de exemplo podemos referir que dos benefícios fiscais no valor de 1.800 milhões de euros que o governo assumiu com os off-shores da Madeira e que são 30 vezes superiores ao PIDDAC previsto para o Distrito de Santarém. O PCP apresentou um conjunto de propostas no sentido de colmatar as enormes insuficiências no PIDDAC na área da saúde, bem como a inclusão de um novo hospital no Sul do Distrito; nas vias rodoviárias com investimentos em várias estradas e pontes; na cultura, no património e associativismo, nas infra-estruturas de apoio aos idosos; no ambiente, com propostas de recuperação e preservação de recursos hídricos; na construção de ETAR's; na construção de equipamentos; nas forças de segurança e nas corporações de bombeiros.

Em Alpiarça em particular foram as seguintes:

- Casa Museu dos Patudos: recuperação do museu etnográfico;
- Cantinho do Idoso: construção do lar;
- Limpeza da Vala de Alpiarça;
- Construção da ETAR da zona industrial;
- Construção do quartel GNR.

Estas foram algumas das propostas apresentadas pela bancada do PCP em sede de comissão do Orçamento de Estado, onde foram todas elas chumbadas, votadas favoravelmente apenas pelo PCP, o Bloco de Esquerda e os Verdes.

Antes de passar à votação dos documentos apresentados pelas diferentes bancadas, a Presidente da Mesa perguntou ao Executivo se

já estavam previstos mais ecopontos em Alpiarça. Certamente a EcoLezíria está preocupada com esta questão e o Município de Alpiarça não pode ser tratado de forma diferente dos outros Municípios. Há, segundo a Presidente, locais em Alpiarça em que se torna incomportável a deslocação a um ecoponto devido à distância que seria necessário cobrir. Posto o que passou à votação dos documentos. Designadamente:

- o Apelo à Cidadania, da bancada do PS;
- Proposta de atribuição de medalhas de mérito desportivo a dois pilotos de Alpiarça, pela bancada do PSD;
- Saudação, pela bancada da CDU.

Relativamente ao primeiro documento, interveio o membro José Miguel Carvalho que afirmou parecer-lhe o documento redigido em termos incorrectos. Para o membro, a maioria das pessoas de Alpiarça e das pessoas na generalidade são pessoas correctas que defendem o valor do civismo. É trabalho de todos melhorar as coisas para que se actue de uma forma mais correcta. O membro discorda que as pessoas de Alpiarça necessitem de uma reprimenda e não as considera alvo desse tipo de críticas. O membro acha muito bem que se trabalhe no sentido do melhoramento das condições de vida das populações, mas discorda com a utilização desse tipo de linguagem.

Interveio seguidamente o membro Paulo Espírito Santo, dizendo que afinal o membro José Miguel Carvalho, apesar de dizer que não concorda com o Apelo, acaba por corroborar o que lá vem escrito. O membro Espírito Santo alegou que o estado do circuito de manutenção é degradante, muito devido ao uso indevido que dele se fez por motards, etc., isso denota falta de civismo. O membro Espírito Santo testemunhou ainda outros exemplos de falta de civismo por parte dos Alpiarcenses. Segundo o membro, todos temos a obrigação de chamar a atenção do vizinho do lado que prevarica. "O civismo não é algo que se apregoe, é uma coisa que se pratica. E todos nós temos a obrigação de o fazer", proclamando que este Apelo ao Civismo diz precisamente isso. Acrescentou ainda que "não temos de ter vergonha de dizer que na nossa terra não somos todos cívicos."

Tomou a palavra a membro Anabela Costa. Para a membro este é um tema que todos nós sentimos diariamente e diariamente percebemos a sua presença. Mas a forma como ele está formulado provoca inelutavelmente sentimentos negativos. A membro propõe

como alternativa a uma apelo deste género que se processe a uma educação por partes das instituições públicas para que formem as pessoas. Isto começando na escola, em casa, etc., passando pela própria autarquia que, por intermédio do seu gabinete de comunicação, poderia muito bem intervir no sentido de educar. A membro pensa que esse tipo de política seria preferível a um documento do género do que foi apresentado e será votado pela Assembleia.

Ainda sobre este assunto, pediu a palavra o membro João de Brito, dizendo que está plenamente de acordo com o teor do documento e vai votá-lo favoravelmente. O membro apresenta apenas um senão: uma vez que no nosso Concelho não se pode fazer queimadas em determinadas épocas do ano, devíamos, à semelhança de outros concelhos, disponibilizar um camião para recolha desses resíduos e fazer então a queimada ou, de preferência, levá-los a trituradoras que possam resolver esse problema.

Posto à votação, o documento foi aprovado por maioria com 5 votos contra, 1 abstenção e 10 votos a favor.

Fez declaração de voto o membro João Osório, que diz ter votado contra porque até à data nunca tinha visto ser votado um Apelo.

Pediu a palavra novamente o membro Paulo Espírito Santo, que ironiza estar de acordo com o membro João Osório, na medida em que a mesma situação se repetirá em seguida quando for votada a Saudação... O membro afirmou não ter absolutamente nada a dizer em relação a uma saudação que a bancada da CDU entendeu fazer, não considerando sequer legítimo.

A Presidente da mesa declarou que quando fez o pedido de parecer à Associação de Municípios, a resposta foi no sentido de que todos os documentos deveriam ser votados.

O membro Paulo Espírito Santo insiste que acha muito bem que a Saudação figure em acta, mas não concorda que seja votada. Ao que a Presidente da mesa responde que o documento deu entrada na mesa e, como tal, deve ser votado.

O membro José Miguel Carvalho interrompeu para fazer um ponto de ordem. Segundo o membro, existe um regulamento geral das assembleias que manifesta que sempre que entrarem na mesa

tomadas de posição escritas, independentemente do nome que se lhes der, seja saudações, apelos, etc., estas devem ser postas a votação. No fundo são moções, uma vez que afirmam uma tomada de posição. Contudo, a moção pode apenas ser lida e não posta a votação, basta que para isso o proponente o afirme claramente.

A Presidente da mesa afirmou novamente que quando entregam o documento na mesa, este é para ser votado. Até porque a Presidente e outro membro da sua bancada também fizeram dois votos de congratulação e não os apresentaram à mesa. Posto o que perguntou se os membros da bancada da CDU queriam retirar o documento da mesa, não o submetendo a votação, muito embora entrando como anexo à acta.

O membro Paulo Espírito Santo exigiu à Presidente da mesa o mesmo procedimento para com a sua bancada em relação ao Apelo que acabou de ser votado. Esclarece o membro que o documento foi entregue à Presidente e não se fez o pedido de submetê-lo a votação. Até porque a Presidente tem dito sempre que haja um documento escrito para fazerem o favor de lho entregarem para ser mais facilmente transcrito em acta.

A Presidente da mesa estabeleceu que a partir de agora sempre que entreguem documentos lhe comuniquem que esses documentos são apenas para constar em acta. Acto contínuo, passou discussão e votação da proposta da bancada do PSD.

Não havendo intervenções, a Presidente da mesa esclareceu que, sendo um dos visados dessa proposta membro da Assembleia, não lhe seria permitido votar.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Tendo em conta a votação, a Presidente da mesa deu os parabéns formalmente em nome da Assembleia ao membro Carlos Cotrim.

Com os documentos aprovados, a Presidente passou a palavra à Presidente da Câmara de Alpiarça para responder às questões que lhe foram colocadas.

A Presidente começou por agradecer de igual forma às três bancadas que lhe endereçaram votos de felicidades, reiterando o que sempre foi a sua forma de estar no exercício destas funções: a Presidente conta com a colaboração e o contributo de todos para o

exercício do mandato, não sendo excepção, naturalmente, os próprios membros da Assembleia.

Relativamente às questões que lhe foram colocadas, a Presidente começou por dizer ao membro João de Brito a Autarquia vai seguir o conselho da Assembleia na questão das medalhas de mérito desportivo aos pilotos de motonáutica, como era aliás já sua intenção.

Quanto à questão dos estacionamento para os utentes das farmácias, a Presidente assegurou que muito em breve, na sequência de trabalhos que estão a fazer presentemente, este estacionamento vai ser concretizado, não podendo definir o prazo exacto. Não deixando, no entanto, de reforçar que muito em breve porque entende que a questão é de extrema necessidade.

Respondendo à questão levantada pela membro Anabela Costa relativamente às florestas e à transferência das competências para as autarquias, o que a Presidente pôde acrescentar é que a autarquia está a trabalhar efectivamente no âmbito de uma Comissão Inter-Municipal de Defesa da Floresta, mas que passará depois a palavra ao Vereador Ferreirinha que tem acompanhado mais de perto esta situação.

Já em relação às questões colocadas pela membro Vitória Brito, no que respeita à transferência de competências na educação, esta incide em duas vertentes, a saber, o pessoal não docente e as infra-estruturas. A Presidente esclareceu que existem ainda várias questões que estão por concretizar. Adiantou que na próxima semana tinha marcadas duas reuniões na Direcção-Regional para ultimar algumas questões. Uma das questões tem que ver com o edifício da E.B. 2, 3/ S, porque quando a Autarquia assume um compromisso deste género o que se exige ao Ministério da Educação é que o edifício seja transferido em bom estado de conservação, o que não é o caso. Quanto ao pessoal não docente, faltam apurar algumas questões de natureza financeira. Tal como a Presidente teve oportunidade de adiantar na Reunião de Câmara precedente, uma reunião convocada pela DREL para definir essas questões foi adiada. Muito embora se preveja a transferência de competências para Janeiro, esclarece a Presidente que há efectivamente algumas questões em aberto, comprometendo-se a vir à Assembleia transmitir todos os aspectos logo que tudo esteja definido.

No que toca ao novo Centro Escolar, ao contrário do que foi dito já nesta Assembleia, todas as autarquias estão em pé de igualdade, a contratualização ainda não foi assinada, e sem a assinatura da contratualização não será possível avançar com a candidatura, uma vez que não há procedimento que o fundamente. O que a Presidente pode dizer é que a Autarquia tem um projecto que vai ser desenvolvido, a Autarquia está preparada para logo que a contratualização seja efectiva se possa avançar e que logo que haja avanços a Presidente sente-se no dever de os trazer à Assembleia. Acrescenta ainda que por força do que está descrito na Carta Educativa aprovada por esta Assembleia, e tendo em conta o contexto demográfico, o novo Centro Escolar deverá ser construído afastado da Escola E.B. 1, e perto da E.B. 2, 3. O que a Presidente prevê é que se faça uma possível rentabilização dos meios já existentes na E.B. 2, 3, designadamente a Biblioteca, a Cantina, o Pavilhão, e se insira o novo Centro Escolar na E.B. 2, 3. O projecto não está, contudo, concluído.

Relativamente à proposta endereçada pelo membro Celestino Brasileiro relativamente ao estacionamento do autocarro junto da Escola E.B. 2, 3, a Presidente assegurou que partilha da mesma preocupação e considera a sugestão muito pertinente, comprometendo-se para avaliar a melhor forma de a concretizar.

Quanto à questão das passadeiras do Frade de Cima, estão também equacionadas, mas também essa questão será respondida pelo Vereador Ferreirinha.

No que toca aos ecopontos, a Câmara irá colocar mais cinco ecopontos, já com espaços definidos. Um deles será colocado junto à E.B. 2, 3 por sugestão e solicitação dos professores do projecto do ambiente. Com estes novos ecopontos a Câmara terá um rácio de um ecoponto por cada 350 habitantes, quando anteriormente era de um por cada 500.

A Presidente disse não poder terminar sem felicitar um membro da Assembleia Municipal que fez hoje anos, e que colocou à frente de um possível festejo do seu aniversário o seu dever de participar na Assembleia. Trata-se do membro Paulo Espírito Santo.

Tomou em seguida a palavra o Vereador Ferreirinha que começou por responder à questão da transferência de competências na área florestal. A Câmara Municipal criou uma Comissão Municipal

de Defesa da Floresta que agora foi transformada em Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta. Essa Comissão tem o seu gabinete técnico na Chamusca e dela fazem parte as Câmaras de Alpiarça, Almeirim e Chamusca. Existe ainda um protocolo com a ACHAR que tem a incumbência de fazer as respectivas candidaturas ao Quadro Comunitário com base nos estudos que o gabinete técnico está a fazer, propondo a forma de preservar e fazer a vigilância nas florestas. Sobre esta matéria, o Vereador acrescentou que a Autarquia dispõe de um técnico, o geógrafo Jorge Gonçalves, que conhece esta matéria e que está incumbido dessa responsabilidade. O Vereador propôs-se a pedir-lhe um relatório de todo o trabalho desenvolvido nesta matéria para ser entregue na próxima Assembleia.

No que respeita à questão da mobilidade no Frade de Cima, está a ser desenvolvido um estudo pela equipa do Professor Figueiras, do Instituto Superior Técnico, que está a trabalhar com a Autarquia nesse sentido. O Vereador acrescenta que tem conhecimento de alguns pedidos para colocação de lombas no Frade de Cima, nomeadamente na Rua Dr. Castelão de Almeida devido às velocidades que algumas viaturas lá atingem. O Vereador pede à Assembleia que espere mais um tempo no sentido de a Câmara tentar resolver a situação já com o estudo.

Quanto à limpeza do espaço e arranjo da cerca do depósito de água do Frade de Baixo, o Vereador compromete-se a ver o que se passa.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Eleições para a Assembleia intermunicipal: já foi tratado antes do período da ordem do dia.

Ponto 2 – Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro. Documento já apresentado à Assembleia e posto à discussão.

Neste ponto interveio o membro Celestino Brasileiro, sobre o ponto 3, actividade genérica, serviço de obras, zona industrial, 3.ª fase. O membro verificou que se o asfaltamento de algumas artérias, mas que as máquinas já não operam lá e o piso ficou asfaltado por metade. Nessa medida, o membro pretende saber o que se passou.

Respondeu o Vereador Ferreirinha, explicando que o argumento utilizado pelo empreiteiro para ter deixado a obra a meio foi que este teve uma avaria na central e que por isso teve de interromper os trabalhos. A Autarquia fez-lhe um ultimato por escrito, dizendo que a obra tem de estar pronta até ao final da semana.

Ponto 3 – Informação sobre a constituição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Alpiarça.

A Presidente da mesa tomou a palavra para lembrar que na sessão de Abril de 2007 foi aprovada uma proposta apresentada pela CDU. Passando depois a apresentar uma proposta que a seguir se transcreve:

“A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 26 de Abril de 2007 aprovou uma proposta da CDU de criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal com um membro de cada força política para acompanhar os trabalhos de revisão do PDM de Alpiarça. A bancada da CDU nomeou de imediato o seu representante. Já em 2008 a bancada do PSD designou o seu representante. Em 16 de Novembro de 2007, a portaria n.º 1474 de 2007 veio criar a Comissão de Acompanhamento pretendendo «garantir uma intervenção positiva nos trabalhos de acompanhamento da elaboração ou da revisão do Plano Director Municipal que resulte em soluções partilhadas e verdadeiramente coordenadas.» De acordo com a alínea c) do artigo 7.º da portaria n.º1474 de 2007, a Comissão de Acompanhamento é constituída por «um representante da respectiva Assembleia Municipal». As atribuições e competências da Comissão de Acompanhamento previstas no art.º 10 da citada portaria incluem os objectivos com que foi aprovada a proposta de criação da Comissão no âmbito da Assembleia Municipal, nomeadamente o facto de o PDM ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento futuro do Concelho e a sua revisão ser enriquecida com o consenso da representação da Assembleia Municipal – que era o que estava proposto nesta proposta da CDU. Assim, a bancada do Partido Socialista propõe a revogação da anterior deliberação, aguardando-se a publicação do aviso no Diário

da República da iniciativa da CDRLVT para a constituição da Comissão de Acompanhamento para a Revisão do PDM de Alpiarça, designando-se então um representante desta Assembleia Municipal na citada Comissão de Acompanhamento.”

A Presidente acrescentou que a bancada da CDU voltou a pedir que fossem iniciados os trabalhos desta Comissão e a Presidente convocou o Vereador para aquela que seria a primeira reunião. Entretanto, a Presidente foi informada que de acordo com a alteração da lei a Assembleia Municipal estaria representada nesta Comissão de Acompanhamento e que se aguardava que a CCDRLVT mandasse para publicação esse tal diploma no Diário da República. A CDU respondeu novamente dizendo que a Comissão foi legitimamente aprovada em Assembleia e portanto devia funcionar. Deste ponto de vista, a mesa da Assembleia Municipal considerou que, de acordo com a nova legislação, não faria sentido haver uma Comissão e sim um representante da Assembleia Municipal que será votado pelos membros da Assembleia logo que esse aviso seja publicado, pelo que reforçou a ideia da revogação da actual deliberação, abrindo de imediato o espaço de discussão.

Interveio o membro João Osório lamentando o facto de se ter passado cerca de um ano e meio até que a Mesa da Assembleia tomasse esta posição. O membro reconhece que esta portaria vem alterar a constituição e o mudar o nome destas comissões mistas de acompanhamento que passaram agora a ter o nome de Comissão de Acompanhamento. Para João Osório, o objectivo a que esta nova designação se propõe é o mesmo que se propunha a antiga designação, isto é, é uma Comissão instituída para fazer o acompanhamento dos Planos Directores Municipais. O que o membro lastima profundamente é que apenas passado um ano e meio da aprovação da proposta em Abril de 2007, a mesa da Assembleia Municipal na pessoa da Sr.^a Presidente tenha chegado à conclusão que não vale a pena ter essa Comissão, que é, tão só, uma comissão política de acompanhamento na sede deste órgão. O membro não compreende o adiamento *sine die* desta deliberação, especialmente num partido e na pessoa da Presidente que demonstra sempre tanta pressa em efectivar as deliberações tomadas nesta Assembleia.

Tomou de novo a palavra a Presidente para conceder ao membro toda a razão, acrescentando contudo que se o membro João Osório bem se lembra a Comissão ainda não estava completa.

O membro João Osório declarou que o ónus seria em exclusivo da Presidente, já que não seria inédito fazer comissões apenas com 2 elementos, como foi o caso da Comissão do 25 de Abril, em que fez a Comissão com representantes do PS e do PSD.

A Presidente defendeu-se pedindo para o membro não comparar coisas que não são comparáveis, uma vez que a Comissão do 25 de Abril se destinava ao 25 de Abril. Acrescentando que se encontra em desacordo com o membro quando este disse que esta Comissão seria uma Comissão Técnica, porque se fosse uma Comissão Técnica a Assembleia Municipal não tinha lá representação, porque na Assembleia não existe nenhum técnico.

O membro João Osório afirmou que disse Comissão Política, mas que se disse Técnica reformulava.

Retomou a palavra a Presidente dizendo que “nós devemos ter cuidado ao fazermos algumas afirmações. E quero dizer que o senhor está enganado na afirmação que acabou de fazer relativamente aos municípios vizinhos: os municípios vizinhos não quiseram integrar a Comissão de Acompanhamento, razão pela qual não estão propostas à CCDR.” A Presidente adianta ainda que neste momento a única coisa que se está a aguardar é que saia o tal aviso publicado pela CCDR, tal como está na documentação entregue aos membros da Assembleia.

Posta à votação, a proposta de revogação da anterior proposta da CDU foi aprovada com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Sobre esta proposta fez declaração de voto o membro João Osório, que lastimou que a posição da Assembleia Municipal seja tão célere na execução de certas deliberações e noutras tão lenta.

Ponto 4 – Apreciação e votação do Plano de Actividades 2008/2009 da Comissão de Geminação com Champigny-Sur-Marne que foi aprovada na última Assembleia Municipal por proposta da própria Presidente. Esclarece a Presidente da Mesa que esta Comissão está a funcionar, o que é do conhecimento de todos, visto que todas as bancadas estão representadas nela. A actividade foi iniciada no passado mês de Novembro e foi decidido que a Comissão deveria apresentar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal um Plano de Actividades que, segundo a Presidente, não pode ser muito exaustivo na medida em que é um plano de curta duração, que

decorrerá até ao término do actual mandato da Assembleia. Este plano prevê o convite para visita ao Concelho de uma delegação de Champigny-Sur-Marne para estarem presentes nas comemorações do 5 de Outubro do próximo ano, bem como o desenvolvimento de contactos no sentido de divulgar-se os nossos produtos regionais na região do Vale do Marne. A Presidente pensa que se estes objectivos forem cumpridos no espaço de tempo que resta de menos de um ano, já será muito bom. "De acordo com o acordo que foi assinado entre as duas comunidades, as relações entre os dois municípios deverão privilegiar o intercâmbio cultural, social e desportivo e a sua difusão nos dois municípios; visitas de habitantes das duas comunidades, em particular grupos de jovens, desportistas e associações; cooperação entre as escolas; e contactos directos entre as empresas para promover projectos económicos e serviços." A Presidente explicou que se optou por começar por um lado pela visita, e por outro por este contacto no sentido de se fazer alguma promoção da nossa actividade económica.

Interveio a membro Vitória de Brito que inquiriu sobre os meios a adoptar para levar a efeito essas propostas (meios materiais, humanos...), nomeadamente nas visitas dos habitantes de ambas as localidades, os grupos de jovens, desportistas, etc.

Respondeu a Presidente da Mesa dizendo que, tal como vem descrito no Plano, as despesas são suportadas pelo orçamento da Assembleia. No entanto, a Mesa encontra-se a estudar o plano chamado "Europa para os cidadãos", que decorrerá entre 2007 e 2013, e que será analisado na próxima reunião da Assembleia no sentido de se perceber se esta será uma candidatura elegível para o Concelho. O plano contempla várias acções e logo a primeira delas ("Cidadãos Activos pela Europa") apresenta uma primeira alínea sobre geminação de cidades que poderá beneficiar a geminação entre Alpiarça e a cidade Francesa. Um dos critérios para a candidatura a esse plano é precisamente a assinatura do protocolo de geminação, critério que o Concelho já cumpre.

A Presidente acrescentou que esta geminação tem um cariz muito especial, porque a cidade Francesa já faz geminações desde a década de 60 do século passado, e, dada a sua experiência nesta área, os responsáveis de Champigny tentaram acelerar o processo de forma quase incomportável com a nossa realidade. Eles querem efectivamente fazer intercâmbio de jovens, por exemplo, e a sua urgência é de tal forma que já houve contacto por parte de um

professor de lá a perguntar como poderia contactar com as nossas escolas. Ora isto implica também uma resposta rápida da nossa parte para com esta geminação.

De seguida, interveio a membro Anabela Costa com uma questão que se prende com o facto de o Plano de Actividades contemplar a possibilidade de criação de associações com fins não lucrativos para efeitos da geminação. Assim, a membro pretende saber se essa hipótese se encontra em cima da mesa quer no grupo de trabalho, quer na própria Assembleia, com o fim de, caso se crie alguma associação, se apresentar a candidatura aos fundos comunitários.

Respondeu a Presidente da mesa, dizendo que nesta fase nenhum cenário é de excluir, mas tendo em conta o período demasiado curto de intervenção foi decidido fazer menos, mas que esse menos fosse bem feito. A Presidente demonstrou ainda preocupação em que se elabore um regulamento interno para a Comissão que acompanha este assunto, e nesse sentido a Presidente já endereçou um e-mail para França, ainda sem resposta, pedindo que da parte de Champigny enviassem o regulamento interno do seu comité de geminação.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, José João Marques Pais, para frisar a importância desta geminação, visto que em Champigny residem 10.000 portugueses, número a que acrescerá talvez mais 20.000 pessoas descendentes desses portugueses e já naturalizados franceses. O Presidente da Junta é da opinião que esse facto poderá potenciar o comércio de alguns produtos agrícolas, nomeadamente o vinho, por parte das empresas Alpiarçenses. Na opinião do Presidente, de todas as geminações que Alpiarça já fez esta é aquela com mais potencialidades económicas.

A Presidente da Mesa explica por isso a incidência do Plano nos produtos regionais.

Tomou a palavra o membro João de Brito para acrescentar que aliás o vinho e a agricultura biológica são dois dos pontos de interesse que Alpiarça tem para apresentar aos emigrantes portugueses e aos colegas franceses. Não descartando também produtos regionais que eventualmente possam servir os interesses das comunidades em Champigny.

Passou-se à votação do Plano de Actividades que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Tabela de Taxas do Município de Alpiarça para o ano 2009.

Intervenção de Celestino Brasileiro que explicou que a sua bancada verificou que os aumentos previstos continuam a ser acima da inflação, bem como acima dos valores salariais propostos pelo governo. Embora concedendo que os aumentos possam não ser muito significativos, o membro não quer deixar passar em claro que será mais um factor que pesará nos bolsos dos munícipes, principalmente das famílias com maiores dificuldades e dos reformados com baixas pensões.

Posto o que se passou à votação da Proposta, que foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

O membro Celestino de Brasileiro fez uma declaração de voto:

“Considerando que os Portugueses em geral e os Alpiarcenses em particular têm vindo ao longo dos últimos anos a perder poder de compra, e as famílias, sobretudo as de mais baixo rendimento, e os reformados com pensões baixas têm cada vez mais dificuldades financeiras, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alpiarça votaram contra os valores propostos na Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alpiarça para o ano de 2009, por estes comportarem aumentos superiores à inflação prevista o mesmo ano.”

Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de Grandes Opções do Plano Orçamento para o ano 2009.

Sobre esta matéria, interveio a membro Vitória Brito, que questionou a razão pela qual na secção de Cultura não vêm referenciados nem o Grupo de Teatro de Alpiarça, nem a Academia Sénior de Alpiarça. A membro estranhou esta ausência tanto mais que na Proposta referencia-se deslocações patrocinadas pela Autarquia para a assistência de peças de teatro noutras localidades. Pelo que a membro se apercebeu, a Câmara tem-se eximido ao apoio tanto ao Grupo de Teatro como à Academia Sénior, sendo que o papel que competia à Câmara tem sido executado pela Junta de Freguesia.

A membro aproveitou para colocar uma dúvida relativamente às visitas à Casa dos Patudos na ausência das peças expostas na Assembleia Municipal. Apesar de reconhecer que a dúvida é desadequada ao tema que está em discussão.

De seguida interveio o membro Celestino Brasileiro para questionar o executivo em relação a alguns pontos que pretende ver esclarecidos. Começou por citar o Orçamento na pág. 17, objectivo 2: ensino secundário e pavilhão desportivo, em que se destina a este item uma verba de 360.000,00 €. O membro pretende saber se esta verba se destina ao pagamento do pavilhão já inaugurado, já que no orçamento do ano anterior não viu nenhuma verba para esse fim.

Já na pág. 19, no segundo objectivo: o ordenamento, pode ler-se uma referência à Rua Ricardo Durão. O membro pretende saber se se equaciona alguma intervenção nesta rua, bem como a especificação de todas as intervenções orçamentadas em 210.000,00 €.

Na pág. 20, em Parques, Jardins e Valorização Ambiental, lê-se "valorização ambiental da Vala de Alpiarça em 200.000,00 €". Qual será portanto a intervenção prevista.

Na mesma página prevê-se um valor de 160.000,00 € destinado à Biblioteca Municipal. O membro pretende saber em que se materializará a verba.

Na pág. 21, em Desporto, Recreio e Lazer, onde se lê "iluminação do Estádio Municipal – 20.000,00€, e relvado – 110.000,00 €". Como seria discriminada a aplicação destes valores?

Pág. 22, está previsto para a terceira fase de infra-estruturas na Zona Industrial um valor 750.000,00€. O membro pretende saber se esta verba é para o pagamento da terceira fase que está a decorrer este ano ou se se destina para o próximo ano.

Terminada a intervenção do membro Celestino Brasileiro, tomou a palavra a membro Anabela Costa que revelou ter sentido alguma estranheza na parte das actividades mais relevantes para 2009 – que aliás achou muito pobre –, na desproporção nas verbas destinadas para a realização das feiras anuais em relação à verba destinada a todas as outras actividades, sendo que a verba cabimentada para as feiras representa 55% de todo o bolo. A membro esclarece que a sua estranheza nasce da constatação de que

a Autarquia está a passar por dificuldades económicas, e nem por isso faz um esforço na redução destas verbas, destinando inclusivamente uma verba de 87.500,00 € a espectáculos para a Alpiagra.

Interveio de seguida o membro João Osório, que contrapôs o referido na introdução do documento, em que se dava ênfase ao Plano de Desenvolvimento Desportivo para o Concelho de Alpiarça, com o valor que, retiradas todas as verbas destinadas à manutenção dos equipamentos existentes – aqui o membro chama a atenção para o estado de degradação do relvado sintético do campo de futebol –, sobra para a efectivação desse Plano, uns irrisórios 38.000,00 €. O membro critica ainda a manutenção do valor de subsídios destinado às associações desportivas, factor que irá reduzir o seu raio de acção.

Em relação às despesas de capital, o membro constatou que vai haver um decréscimo de investimento em 45%; em relação às operações financeiras, haverá redução em 19%, percentagem que o membro não pode deixar de louvar. O que o membro pretende saber é se esse decréscimo será o resultado do novo programa de pagamento de dívidas, programa que o Estado criou e que prevê a contracção de um empréstimo a uma entidade bancária. Já que nesse caso o Orçamento é omissivo em relação a taxas de juro.

O membro conclui da sua análise do Plano de Actividades/Orçamento para 2009 que:

- Na área da receita, a tendência é para manter as taxas e os impostos directos em valores bem elevados, tendo sido aprovados pela maioria PS, em grande medida, os valores máximos aplicáveis para cada uma das taxas;
- Em relação às despesas, as dívidas são uma constante neste orçamento: a Rua Ricardo Durão que está por pagar, o relvado do Estádio Municipal, a iluminação do Estádio Municipal, o Pavilhão da E.B. 2,3/s, a Biblioteca, etc., etc. São dívidas que já vêm de vários anos, constantes em vários orçamentos e que continuam por pagar.

O membro referiu que os valores constantes no orçamento destinam-se praticamente para pagar dívidas não consumadas e pouco sobra para verdadeiro investimento.

O membro espera que este orçamento seja o mais rigoroso possível, ao contrário do orçamento presente que já tem 17 modificações até à data, e do do ano anterior que teve 34.

Posto o que tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Vanda Nunes, para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia.

A Presidente explicou que o documento que está na posse dos membros é um documento de previsão, “um documento de números” e, nessa medida, a Presidente explicou que o documento é susceptível das interpretações que se quiserem fazer. Mas o facto é que a realidade é uma e só uma.

Ultrapassado o preâmbulo, a Presidente passou a responder às questões levantadas pelos membros. No que toca às duas associações que a membro Vitória Brito referiu, a Presidente esclareceu que o Grupo de Teatro insere-se na Sociedade Filarmónica Alpiarcense “1.º de Dezembro”, pelo que o Grupo já é contemplado nas verbas destinadas a essa Associação. A Presidente realçou ainda o empenho que este Grupo demonstra e louva a sua continuidade, acrescentando que o Grupo tem e pode contar com o apoio da Câmara Municipal de Alpiarça. Já em relação à Academia Sénior, a Presidente explicou que a Academia nasceu há muito pouco tempo, mas que existe todo um trabalho que resulta da intervenção da sociedade cívica, na qual se inclui também a Câmara Municipal, entidade que apoia o projecto desde o primeiro dia, além de que é, aliás, uma das suas entidades fundadoras. Acontece que a Câmara entendeu partilhar com o Presidente da Junta de Freguesia a intervenção nessa Academia, pedindo-lhe que estivesse não em representação do órgão que dirige, mas da Autarquia, em todo o processo de constituição da Academia. A Presidente acrescentou que, por exemplo, os alunos da Academia já podem frequentar as Piscinas Municipais. A presidente reafirma ainda o interesse da Autarquia em que esta Academia funcione em plenitude.

Em relação ao museu, embora fora de contexto, a Presidente aconselhou a membro a visitar mais vezes a Casa dos Patudos, dado o espólio legado por José Relvas ser tão vasto que, apesar da ausência de peças fundamentais no museu, rapidamente se encontrou peças igualmente valiosas que as substituíssem com a mesma dignidade.

Relativamente às restantes questões a Presidente resumiu-as da seguinte forma:

As questões do Pavilhão Desportivo, Rua Ricardo Durão, Valorização Ambiental da Vala, Obras na Biblioteca Municipal, iluminação do Estádio, Zona Industrial, etc., etc., juntamente com o que o membro João Osório disse na sua intervenção, quando referiu que o que constava no orçamento era para pagar as obras feitas, tudo isso só prova que realmente há obra feita e visível. “Construímos o edifício dos Paços do Concelho, a Biblioteca Municipal, etc. E toda a obra que está à vista tem de ser paga. E é isso que estamos a fazer, a honrar da melhor forma possível os nossos compromissos. Estamos a pagar o que está à vista e que só não vê quem não quer ver.”

Quanto às actividades mais relevantes e às feiras em concreto, a Presidente realça o grande esforço efectuado pela Autarquia para que das feiras resulte sempre um acréscimo de visibilidade para o Concelho, de maneira que os patrocinadores se interessem pelas nossas produções. E, assim, grande parte dos espectáculos podem ser pagos pelos patrocinadores.

De seguida, a Presidente passou a uma breve apresentação do Plano Orçamento, acompanhada de projecção com quadros e gráficos comparativos. Explicou que o Plano espelha o grande esforço por parte do Executivo para reduzir no que pode, e na única coisa em que pode, as despesas. Tanto mais que se trata de ano de eleições, e como tal, o orçamento denota a não cedência do Executivo a fins imediatistas. Poupar sim, mas não ceder naquilo que são as prioridades. Ainda mais num ano em que se adivinham dificuldades para as famílias e para as empresas. Por isso a intervenção fundamental na área da Acção Social.

A Presidente reforçou que se trata apenas de um documento provisional, mas que a gestão tem de ser feita muito em face daquilo que são as reais necessidades e as solicitações com que diariamente a Autarquia é confrontada.

Pelos números se pode aferir que a intenção do Executivo corresponde ao rigor, numa atitude realista em face daquelas que são as necessidades do Concelho, não descurando a grande oportunidade que este Concelho uma vez mais tem, e que tem

aproveitado excelentemente, de se fazer valer da mais valia que representam os fundos da Comunidade Europeia.

Após a apresentação pediu a palavra o membro João Osório, intervindo logo de seguida o membro Paulo Espírito Santo dizendo que as perguntas já haviam sido feitas e respondidas.

A Presidente explicou que antes do seu resumo tinha respondido às questões que tinham sido levantadas. E só depois fez o resumo daquilo que do seu ponto de vista reiterou as respostas que havia dado.

A membro Inês D'Aguiar interveio para dizer que a conclusão que tira das palavras da Presidente é que se não tivessem sido feitas perguntas, a Presidente não teria feito a apresentação. Contudo, diz ser de louvar que a tenha feito, já que o anterior Presidente nunca o havia feito, e, tendo em conta que a Assembleia Municipal é pública, é de bom tom que se apresente o Plano e Orçamento a toda a gente presente, que não apenas os membros eleitos que já tinham tido acesso ao documento. Contudo, defende que a apresentação tem de ser feita inicialmente, e as questões colocados *a posteriori*.

Interveio o membro José Miguel Carvalho, que estranhou a grande redução no orçamento para as actividades desportivas, que carece de explicação.

A Presidente esclareceu que a rubrica que prevê a área cultural, muitas vezes inclui actividades desportivas, e nessa medida o valor espelhado no orçamento para as actividades desportivas não reflecte na realidade os verdadeiros investimentos que a Autarquia fará nessa área.

Posto o que se passou à votação. O documento e respectivos (Mapa de Pessoal) foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções.

O membro João Osório fez uma declaração de voto, em que explicou que obviamente que votou contra porque o orçamento não lhe diz nada, e aproveitou para sugerir à Mesa que os próximos orçamentos fossem apresentados em Assembleia.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções do público presente

Passou-se à leitura da minuta da Acta.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, dizendo que após a retirada de votação do Apelo à Cidadania aparece uma declaração de voto. Essa declaração deve ser retirada, uma vez que a votação foi retirada.

A minuta da acta foi aprovada por unanimidade dos presentes (a esta altura havia uma ausência na sala).

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____